



**Requerimento nº 29/2011
(da Sra. Manuela d'Ávila)**

Requeiro a realização de diligência de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias na comunidade quilombola de Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande no Estado de Sergipe, para verificar denúncias de situação de ameaça, espancamento, incêndio de casas e roçados, cobrança de pedágio para deslocamento das pessoas, perpetrados pelos “pretensos donos das terras” quilombolas, na referida cidade.

Justificativa

A situação de conflitos no meio rural brasileiro e, em particular, o nordeste é uma realidade. Essa região se estruturou sob as bases do colonialismo e do coronelismo e imensas extensões de terras foram usurpadas por fazendeiros/coronéis. Na atualidade essa situação ganha nova roupagem, qual seja: a manutenção dos privilégios daqueles que se revestem de proprietários utilizando a força e a violência para se apossarem das terras das comunidades remanescentes de quilombo.

Essa situação acontece mesmo diante do reconhecimento formal do art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, onde a Constituição determina que se proceda ao reconhecimento das comunidades dos quilombos para fins de definitiva propriedade. Logo, constituir óbices às comunidades e ao Poder Público de fazer acontecer esse reconhecimento é um desrespeito a Constituição Cidadã e ao nosso Estado Democrático de Direito. Ou ainda praticar ameaças, violências e toda sorte de ilegalidade para evitar que esse direito se cumpra é também um ataque ao Estado Democrático de Direito.

No Estado de Sergipe, as comunidades têm vivenciado esse momento de grandes tensões e conflitos. Na comunidade de Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande em Sergipe, há situação de ameaça, espancamento, incêndio de casas e roçados, cobrança de pedágio para deslocamento das pessoas, perpetrados pelos “pretensos donos das terras”. E tudo isso sob o proteção da Juíza da Comarca, do prefeito, delegado, dentre outras forças autoridades locais. Nos últimos dias essa comunidade tem sofrido com um clima de medo e pressão, principalmente direcionado às lideranças. Um padre envolvido historicamente com as lutas das comunidades rurais e ribeiras à margem do Velho Chico (Rio São Francisco), teve a sua casa incendiada. Oito lideranças quilombolas foram juradas de morte. A deputada Estadual Ana Lúcia Menezes, foi igualmente ameaçada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Nesse sentido, solicito a esse colegiado que aprove a referida diligência que foi um pedido do Movimento Nacional de Direitos/Regional Nordeste e da ONG Instituto Braços para que essa problemática que é de urgência possa ser verificada “in loco”, conhecer em plenitude a realidade e possamos com isso oferecer propostas que colaborem na resolução do conflito.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011

Deputada Mnauela d'Ávila
PCdoB-RS